

# Empresários contra recuo no pagamento por conta

O recuo do PSD em relação ao fim do Pagamento Especial por Conta foi mal recebido pelas empresas. **P12**



# Empresas desiludidas com manutenção do Pagamento Especial por Conta

A decisão do PSD de manter o PEC em vigor foi mal recebida pelas empresas que esperavam por este alívio de tesouraria num ambiente de início de retoma.

**Mónica Silveiras**

monica.silveiras@economico.pt

As empresas ficaram desiludidas por continuarem a estar sujeitas ao Pagamento Especial por Conta (PEC). A decisão do PSD de deixar cair a proposta de suspensão deste imposto mínimo à colecta vai contra as expectativas dos empresários que já contavam com este alívio de tesouraria para atenuar os efeitos da crise económica.

“Era uma medida muito interessante esperada por todos os empresários”, reconhece João Miranda, responsável da Frulact, acrescentando que agora “devem ser pensadas outras formas de ajuda às empresa. Terá de haver uma compensação, quer seja em termos políticos ou de apoio às empresas em termos de tesouraria”.

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) também “lamentava este recuo do PSD que, na prática, viabiliza a continuação de um imposto injusto, que atinge dolorosamente o tecido empresarial e muito particularmente as micro, pequenas e médias empresas”. O vice-presidente João Vieira Lopes acrescentou ainda que “na actual situação de crise, não faz sentido ter um imposto antecipado sobre lucros que a maioria das empresas não terá”.

Carlos Padrão Soares corrobora: “As empresas já são fortemente penalizadas pela ausência de negó-



“Era uma medida muito interessante esperada por todos os empresários”, diz João Miranda, pedindo que “outras formas de compensação em termos de tesouraria”.



Era “uma forma de apoiar as empresas, num momento em que estão a braços com o adiamento das decisões de redução de custos”, diz Carlos Padrão Soares.



“Os empresários querem ter sempre o máximo de receitas disponíveis, mas compreendo que a decisão pode ser justificada pelo interesse do país”, diz António Câmara.

## Propostas do PP poupavam 540 milhões

O PP entregou ontem as propostas de alteração ao Orçamento, que nas contas de Paulo Portas permitiriam poupar 540 milhões de euros e, por isso, reduzir o défice abaixo dos 8%. Ontem terminava o prazo de entrega de propostas de alteração ao Orçamento em comissão. Os partidos entregaram mais de 1.000 propostas de alteração. No entanto, muitas delas referem-se a pequenos investimentos. Ou seja, são alterações ao Programa de

Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central de pequenas localidades. Entre as propostas do PP estão a contenção nos aumentos de capital e nas indemnizações pagas às empresas públicas. Os outros partidos já tinham apresentado as suas propostas. O Bloco, por exemplo, quer os bancos a pagar IRC de 20% em 2010. Haverá uma segunda fase para as propostas que têm de passar pelo Plenário, cujo prazo termina a 5 de Março.

cios, não faz sentido carregá-las com uma maior carga fiscal”. O director-geral da Manitou, um grupo empresarial de empilhadoras e plataformas, lamenta que o PSD “dê o dito por não dito” e frisa que o fim do PEC era “uma forma de apoiar as empresas, num momento em que estão a braços com o adiamento das decisões de aquisição de bens de equipamento, para reduzir custos e que culminam mesmo no despedimento de pessoas”.

Para Luís Chaves da Costa a decisão “não é surpresa”. “É mais do mesmo”, afirma o gerente da Vórtice. O responsável desta PME de equipamentos científicos lamenta que “o Estado não seja mais rigoroso no gasto dos dinheiros públicos e que deixe caducar processos onde poderia ir buscar milhares de euros” e que as empresas sejam impotentes para “contrariar uma decisão legislativa de impor um PEC que é, de alguma forma, imoral”.

O PSD justificou não avançar com nenhuma proposta sobre o PEC no Orçamento do Estado com os efeitos que teria nas receitas do Estado. De acordo com as estimativas do Executivo, o PEC rende 300 milhões de euros aos cofres do Estado. “A proposta será retirada com muita pena minha, porque era boa para as empresas”, reconheceu Miguel Frasquilho, ao Diário Económico na edição passada. O deputado social-democrata justifica que “as consequências negativas” da suspensão do PEC “seriam muito piores do que manter o PEC tal como está”.

Para João Miranda se a desistência do PSD foi “no sentido de gerar consenso e trazer possibilidade de governabilidade mais estável” deve ser vista como algo positivo, porque é “uma boa construtiva”. Já o empresário, António Câmara, presidente executivo da YDreams, reconhece que quer “ter sempre o máximo de receitas disponíveis”, mas também compreende que esta decisão pode ser justificada “pelo interesse do país”. ■

## ANÁLISE

### O PEC

**Rogério M. Fernandes Ferreira**

Advogado e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

As negociações sobre a proposta de lei do OE 2010 vieram renovar a discussão sobre o Pagamento Especial por Conta (PEC). O PEC é um “imposto” que se justifica pela existência de muitas empresas (a maior parte ainda) apresentarem um nível de actividade ou produção reduzido, muitas ficticiamente, assim declarando, sucessivamente, resultados negativos, não se tornando viável uma fiscalização individual, concreta e total às empresas sujeitas ao IRC. Na criação do PEC, ainda pelo ministro Sousa Franco e entretanto agravado por Ferreira Leite, houve quem objectasse que seria inconstitucional, por afastar-se de apuramentos de lucro reais. Porém, com idêntica argumentaria, também as tributações autónomas e as tributações sob regime simplificado sofreriam de semelhanças inconstitucionalidades.

Três cenários se apresentaram agora como possíveis: manter, eliminar ou alterar o regime do PEC. E o ideal seria mantê-lo, pois a conjuntura não permite uma redução da receita fiscal. Na eventualidade de não se manter o PEC - o que parece de rejeitar - seria preferível a sua redução, temporária, e sempre depois de comprovação que tem efeitos anticíclicos e não há alternativas. Mas sempre será aconselhável, nessa situação, ao invés da eliminação, uma suspensão. Admite-se, também, a criação de um regime simplificado em IRC para empresas abaixo de um dado limiar de volume de negócios. Certo é que não é a Lei do OE um local próprio para a aprovação de alterações estruturais, por falta de garantias da adequada ponderação que só a das leis avulsas oferece. ■

## TEIXEIRA DOS SANTOS CONFIR



## Governo

Medida está prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento.

**Luís Reis Pires e Márcia Galvão**

luís.pires@economico.pt

O esforço de consolidação do Governo passa também por cortar nas prestações sociais. A medida está incluída no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), confirmou ontem o ministro das Finanças na Assembleia da República.

“O esforço de redução da



**MA QUE IRÁ AMPLIAR A LISTA DE EMPRESAS QUE VÃO SER ALVO DE PRIVATIZAÇÃO**



Paolo Alexandre Cordeiro

O Governo vai privatizar mais empresas além daquelas que já integram a lista do programa de privatizações 2007-2009 e cujo processo de venda nunca chegou a avançar para baixar a dívida pública. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, disse ontem que o Executivo tem “uma lista de empresas identificadas” para privatizar, inscritas no anterior programa, mas que essa lista “vai ser ampliada”. Durante o debate na especialidade do Orçamento de Estado, na Comissão de Orçamento e Finanças, Teixeira dos Santos prometeu mais pormenores em breve, quando o PEC for divulgado. “Por ocasião da apresentação do PEC, nós iremos dar conta de quais são os planos do Governo nesta matéria, que outras entidades serão objecto dessa privatização e concretizando alguns aspectos com interesses que tem vindo a ser demonstrados”, disse, antes de acrescentar que, no que toca à privatização da ANA e o aeroporto do Porto, “ainda nada está resolvido”.

## vai cortar nos apoios sociais

despesa que virá no PEC nos próximos anos afectará o investimento, os salários e também as prestações sociais”, afirmou Teixeira dos Santos durante a discussão do Orçamento de Estado para 2010, na Comissão de Orçamento e Finanças. De resto, o ministro esclareceu que o esforço de consolidação “vai afectar toda a despesa”.

Teixeira dos Santos escusou-se a dar mais pormenores, ficando sem se saber quando irão começar os cortes nas prestações sociais. Mas com o desemprego a subir em 2010, difícil-

**O PSD diz que não inviabilizará o PEC se o caminho escolhido for o da redução da despesa. À esquerda há mais reservas.**

mente a medida entrará em vigor ainda este ano, devendo arrancar apenas no próximo ano, quando o mercado laboral já estiver em recuperação.

O PEC foi o ponto em que a oposição mais insistiu. Da esquerda e da direita choveram críticas, por ainda não ter apresentado o documento, quando se tinha comprometido a enviá-lo para Bruxelas até ao final deste mês. O ministro começou por dizer que estava na reunião “para discutir o Orçamento de Estado”. Mas perante a insistência da oposição, Teixeira dos

Santos lá fez saber que as propostas do programa “estão praticamente elaboradas” e que espera fazer chegar o documento aos vários grupos parlamentares “muito em breve”.

O deputado do PSD, Miguel Frasquilho, torceu o nariz às declarações do ministro, mas disse que o Governo “pode contar com o PSD para não inviabilizar o PEC”, desde que o caminho de consolidação se faça pelo lado da despesa.

Os social-democratas respondem assim positivamente à intenção do Governo, avançada

ontem pelo Diário Económico, de colocar o PEC a votação no Parlamento, através de uma proposta de resolução. Mas à esquerda, BE e PCP não garantem voto favorável e lamentam que o Governo não tenha ainda apresentado o conteúdo do documento. José Manuel Pureza, líder parlamentar do BE, diz que o “secretismo do Governo está a descredibilizar qualquer tentativa posterior de associar a Assembleia ao seu projecto de PEC”, enquanto Bernardino Soares, do PCP diz que “já é tempo de avançarem com o conteúdo”. ■